

POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E A QUESTÃO DA MORADIA NO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS – MS

Edmilson Batista Santana¹, Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli²

¹Estudante do Curso de Geografia - UEMS, Unidade Universitária de Glória de Dourados;

E-mail: edmilsonsantana-10@hotmail.com

² Professora do Curso de Geografia - UEMS, Unidade Universitária de Glória de Dourados;

E-mail: marahora@uems.br

Área Temática: Geografia Urbana – Cidades Médias

RESUMO:

A pesquisa tem por objetivo, compreender a dinâmica de (re)produção do espaço, mediante a análise da implantação dos conjuntos habitacionais, via implementação de políticas públicas habitacionais nas pequenas cidades, dependentes das cidades consideradas médias. A proposta é analisar as funções urbanas do Município de Deodápolis em relação à cidade de Dourados - MS, que é considerada como cidade média, polarizando grande parte da região sul do estado. Sendo assim, essa proposta de pesquisa nos leva também a compreender o nível de dependência deste município em relação aos serviços educacionais, principalmente de nível superior e médio, serviços médicos, comércio, dentre outras atividades. Esta pesquisa pretende entender os reflexos das políticas habitacionais, não só na reprodução do espaço no Município de Deodápolis - MS, mas também em sua dimensão social, buscando as relações mais amplas que articulam as pequenas e médias cidades. Nesse contexto, é fundamental pensarmos os papéis urbanos que o município comporta como pequena cidade, na medida em que muito dos moradores estão vinculados ao trabalho em outras cidades ou mesmo no campo.

Palavras-chave: Cidades Médias, Pequenas Cidades, Políticas Públicas Habitacionais.

INTRODUÇÃO:

Pensar sobre o caráter do urbano das cidades hoje, nos remete a entender a urbanização como um processo histórico de grande complexidade, o urbano vai sendo reproduzido não somente a partir da concentração e reprodução das atividades industriais nas cidades, mas também através do consumo dos habitantes, incluindo-se um “modo de vida” e a reprodução de “valores urbanos” (CARLOS, 2005).

O processo de urbanização promoveu transformações nas relações sociais, na constituição e estruturação das cidades no país, que foram se ampliando e se estendendo por

todo o território, fortalecendo o padrão de desenvolvimento urbano-industrial, mais especificamente a partir da década de 1950 (SPOSITO, 2001).

Conseqüentemente, essa estruturação que se dá na cidade, fortalecida pelo processo de industrialização, também produz intensas transformações no campo, pois provoca a modernização dos meios de produção, com a difusão de uma série de novas técnicas e tecnologias, articulando a agricultura à produção industrial, que passou a produzir nos moldes ditados pela indústria (CARLOS, 2005).

Com isso, temos um intenso crescimento das cidades, ditado pela industrialização do campo (OLIVEIRA, 1999) e conseqüente expulsão das pessoas desse setor, o que culminou com o surgimento de problemas habitacionais devido à falta de moradia para essa população migrante. Esta questão é bem visível não somente nas metrópoles e grandes cidades, mas também em cidades de médio e pequeno porte, como em Dourados e em Deodápolis no estado de Mato Grosso do Sul, que são o foco desta pesquisa.

Materiais e Métodos

A pesquisa primeiramente baseou-se em um levantamento bibliográfico para uma melhor compreensão das questões propostas. Buscamos junto a Prefeitura Municipal de Deodápolis dados relativos às políticas habitacionais implementadas no município e também com relação aos recursos financeiros destinados, o padrão dos domicílios, mapas, parcerias realizadas na implementação das unidades, dentre outras informações. Fizemos visitas nos conjuntos, observando as condições em que se encontravam, coletamos informações por meio de questionários aplicados junto aos moradores, além de conversas informais; também fizemos um registro fotográfico para ilustrar melhor o trabalho.

Políticas Públicas e a Precariedade na Habitação

Entender a questão da moradia na sociedade capitalista não se coloca como uma tarefa fácil, na medida em que se faz necessário desvendar os mecanismos que impedem ou criam contradições no acesso a uma moradia digna. A problemática de ocupação não se agrava pela falta de moradia ou de espaço para construção, mais sim porque a terra urbana constitui-se numa mercadoria não acessível a todos. De acordo com Rodrigues (2003) isto se relaciona diretamente ao valor atribuído à terra enquanto mercadoria, apesar da terra não ser fruto do trabalho social; outro aspecto essencial da questão é que seu preço está intrinsecamente relacionado com a sua acessibilidade, com a presença de infraestrutura e outros fatores extrínsecos a ela, que fará o seu preço ser maior ou menor.

A produção do espaço urbano está calcada por interesses capitalistas e políticos. A atuação de diversos agentes determina sua produção coletiva, mas as iniciativas do poder público e do setor privado apresentam um forte impacto e um papel fundamental na (re)configuração do urbano. Essa atuação, na maior parte das vezes, não necessariamente tem como fundamento atender os segmentos sociais realmente mais carentes, mas geralmente privilegiar os interesses da classe dominante.

É seguindo essa lógica que o espaço é reproduzido e se redefine. Para aqueles que estão inseridos na dinâmica capitalista de uma forma precária é necessário buscar outras formas de sobrevivência, revelando as contradições sociais com a produção da denominada “cidade ilegal”, pois quem não pode pagar por uma moradia digna, “legal”, baseada nas leis de mercado, vai habitar as favelas, ou quando “beneficiado pelas políticas habitacionais” consegue morar nos conjuntos habitacionais que em geral são desprovidos (ao menos nos primeiros anos) da maioria dos requisitos básicos para uma vida urbana considerada digna (MARICATO, 2001).

Assim, essa ação do Estado, mediante a implantação de políticas públicas, age redefinindo o espaço, com grandes implicações provocadas pelo caráter conservador dessas políticas, que atuam inclusive na divisão técnica e territorial do trabalho, influenciando na forma de reprodução do espaço em sua totalidade (BERNARDELLI, 2006, p.235).

Carlos diz ainda que “no embate entre o que é bom para o capital e o que é bom para a sociedade hoje, o urbano se reproduz, a cidade se estrutura e a paisagem ganha sua configuração” (2005, p. 71). O uso do solo urbano está, portanto, subordinado aos interesses capitalistas, e nesse jogo temos a (re)produção do espaço e conseqüentemente da cidade, cada lugar assumindo características específicas conforme os ditames do capital.

As diferenças espaciais são gritantes, constituídas por meio de um processo no qual a sociedade passa a ser entendida como se fosse um fator externo a cidade, como se esta última não resultasse da (re)produção social, ou seja, a atuação do mercado e de sua lógica faz com que se perca esta noção de produção coletiva da cidade.

Calixto reforça esta análise: “O espaço urbano se (re)define como resultado das interações entre o social e espacial, provocadas por uma forma específica de articulação econômica, política e ideológica” (2004, p. 149).

A partir desse contexto, vemos o poder público procurando amenizar a questão da moradia por meio da implementação das políticas habitacionais, sendo que na realidade essa inclusão não acontece realmente devido às condições que os conjuntos habitacionais apresentam.

É a partir dessa lógica, que propomos analisar o caráter da habitação via implementação dos conjuntos habitacionais, pois percebemos que tais conjuntos seguem os mesmo padrões: localizam-se em áreas periféricas, distantes do centro da cidade, apresentam infraestrutura precária, muitas casas apresentam um aspecto de inacabadas, sem reboco, enfim, percebemos os mesmos traços conservadores na política implementada no município de Deodápolis, apesar dele caracterizar-se por seu pequeno porte.

Dourados enquanto cidade média: um pólo articulador em Mato Grosso do Sul

Para Santos e Silveira (2008), as cidades médias no contexto atual apresentam uma realidade bem distinta das existentes na década de 1950/60, até mesmo porque o debate em torno delas era bem menos presente, assim, uma cidade que possuísse cerca de 20 mil habitantes era considerada como média. Porém, os quesitos para tal análise se apresentam de maneira diferenciada para cada realidade histórica e geográfica, sendo que em outros países os aspectos abordados também são diferentes. Os autores reforçam que: “Uma das razões que também levam as atuais cidades médias a ter maior população que as surgidas em épocas anteriores vem do fato das novas solicitações do consumo, tanto das famílias e do governo quanto da própria atividade agrícola” (p.279).

Nesse contexto, temos o surgimento de novos papéis/funções para tais cidades consideradas como médias, pois alcançam novos patamares nas interações interurbanas. Para Corrêa (2007) elas se tornam um centro articulador da economia oferecendo maiores ofertas e facilidades de consumos. Sendo assim, as pessoas se deslocam até essas cidades em vez de buscar sanar suas necessidades nas metrópoles.

Consideramos que tais atributos estão presentes em Dourados, pois é uma cidade que nos últimos anos passou a se destacar dentre os outros municípios do estado, principalmente na sua porção meridional. Dourados atualmente se constitui como um centro de grande importância regional, distante cerca de 220 quilômetros da capital do estado, Campo Grande, próximo do estado do Paraná e da fronteira com o Paraguai, além de receber um grande fluxo de pessoas em busca de serviços especializados.

Muitos são os recursos buscados em Dourados, dentre eles podemos destacar a saúde, a educação, principalmente a de nível superior, o comércio, dentre outros atrativos. Possui um importante setor de saúde, inúmeras Faculdades, além da Universidade Estadual (UEMS) e Federal (UFGD), que atendem uma grande demanda de estudantes da região.

No entanto, levando em consideração o município de Deodápolis, a maior procura, principalmente nos conjuntos pesquisados, refere-se ao setor da saúde, devido o atendimento

fornecido pelo SUS, e até mesmo porque geralmente as pessoas que moram nos conjuntos são aquelas que possuem uma renda baixa, não têm condições de pagar um atendimento particular.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pela minha existência, por todos que colaboraram de maneira direta ou indireta na pesquisa. A minha família e amigos que sempre estiveram ao meu lado apoiando, não só no desempenho da pesquisa, mais na minha vida universitária como um todo.

Agradeço a professora Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli pela oportunidade e confiança na realização desta pesquisa, que muito acrescentou à minha formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.) **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 217-245.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano**: uma leitura geográfica da cidade de Dourados, MS. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. **Revista Território**. Departamento de Geografia UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001. 204 p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001, v. 1, p. 609-643.